

5 cópias

U. 24
história
(Pílulas de Alk)

7

20

ALBERT HOURANI

UMA HISTÓRIA DOS POVOS ÁRABES

Tradução:
MARCOS SANTARRITA

2ª edição
3ª reimpressão


COMPANHIA DAS LETRAS

2001.

OS CAMINHOS DO ISLÃ

OS PILARES DO ISLÃ

Entre essas comunidades variadas, vivendo num vasto círculo de terras que se estendiam do Atlântico ao golfo Pérsico, separadas por desertos, sujeitas a dinastias que subiam, caíam e competiam umas com as outras pelo controle de recursos limitados, havia apesar disso um laço comum: a princípio o grupo dominante, e mais tarde a maioria de seus membros, eram muçulmanos, vivendo sob a autoridade da Palavra de Deus, o Corão, revelada ao Profeta Maomé em língua árabe. Os que aceitavam o Islã formavam uma comunidade (*umma*). “Sois a melhor *umma* produzida para a humanidade, acolhendo o bem, rejeitando o que é desaprovado, acreditando em Deus”:¹ estas palavras do Corão expressam uma coisa importante sobre os adeptos do Islã. Esforçando-se por entender e obedecer os mandamentos de Deus, homens e mulheres criaram um relacionamento correto com Ele, mas também uns com os outros. Como disse o Profeta em sua “peregrinação de adeus”: “Sabei que todo muçulmano é irmão de um muçulmano, e que os muçulmanos são irmãos”.²

Certos atos ou rituais desempenhavam um papel especial na manutenção do senso de filiação a uma comunidade. Eram obrigatórios para todos os muçulmanos capazes de observá-los, e criaram um elo não apenas entre os que os praticavam juntos, mas entre sucessivas gerações. A idéia de uma *silsila*, uma cadeia de testemunhas que se estendia do Profeta até o fim do mundo, passando a verdade por transmissão direta de uma geração para outra, foi de grande importância na cultura islâmica; num certo sentido, essa cadeia formava a verdadeira história da humanidade, por trás da ascensão e queda de dinastias e povos.

Esses atos ou rituais eram comumente conhecidos como os “Pilares do Islã”. O primeiro deles era o *shahada*, o testemunho de que “só há um Deus, e Maomé é o Seu Profeta”. O dar esse testemunho era o ato formal pelo qual

uma pessoa se tornava muçulmana, e era repetido diariamente nas preces rituais. Continha em essência os artigos de fé pelos quais os muçulmanos se distinguiam dos descrentes e politeístas, e também dos judeus e cristãos, que se incluíam na mesma tradição de monoteísmo: que só há um Deus, que Ele revelou Sua Vontade à humanidade através de uma linha de profetas, e que Maomé é o Profeta em que a linha culmina e termina, “o Selo dos profetas”. Uma afirmação ritual desse credo básico devia ser feita diariamente na prece ritual, *salat*, o segundo dos Pilares. A princípio, a *salat* era praticada duas vezes por dia, mas depois veio a aceitar-se que devia ter lugar cinco vezes por dia: ao amanhecer, ao meio-dia, no meio da tarde, após o crepúsculo e na primeira parte da noite. As horas de prece eram anunciadas por uma convocação pública (*adhan*) feita por um muezim (*mu'adhhin*), de um lugar elevado, em geral uma torre ou minarete junto a uma mesquita. A prece tinha uma forma fixa. Após uma ablução ritual (*wudu*), o fiel executava uma série de movimentos do corpo — curvava-se, ajoelhava-se, prostrava-se no chão — e dizia várias preces imutáveis, proclamando a grandeza de Deus e a baixaza do homem em Sua presença. Depois de ditas essas preces, podia também haver súplicas ou pedidos individuais (*du'a*).

Essas preces podiam ser ditas em qualquer parte, a não ser em algumas tidas como impuras, mas julgava-se um ato digno de louvor rezar em público com os outros, num oratório ou mesquita (*masjid*). Uma prece em particular devia ser feita em público: a prece do meio-dia na sexta-feira se fazia numa mesquita de um tipo especial (*jami*), com um púlpito (*minbar*). Após as preces rituais, um pregador (*khatib*) subia no púlpito e fazia um sermão (*khutba*), que também seguia uma forma mais ou menos regular: louvor a Deus, invocação de bênçãos sobre o Profeta, uma homilia moral muitas vezes tratando de assuntos públicos da comunidade como um todo, e finalmente a invocação da bênção de Deus para o soberano. Ser assim mencionado no *khutba* passou a ser encarado como um dos sinais de soberania.

Um terceiro Pilar era, em certo sentido, uma extensão do ato de culto. Era o *zakat*, as doações tiradas da própria renda para certos fins específicos: para os pobres, os necessitados, o socorro aos endividados, a libertação de escravos, o bem-estar dos viajantes. Dar o *zakat* era visto como uma obrigação para aqueles cuja renda ultrapassava uma certa quantia. Eles deviam doar uma proporção de sua renda, que era coletada e distribuída pelo soberano ou seus funcionários, mas outras esmolas podiam ser dadas a homens da religião, para que as distribuíssem, ou então diretamente aos necessitados.

Havia mais duas obrigações não menos compulsórias para os muçulmanos, mas a serem cumpridas com menos freqüência, como solenes lembranças da soberania de Deus e da submissão do homem a Ele, a certa altura do ano litúrgico. (Para fins religiosos, o calendário usado era o do ano lunar, mais ou menos onze dias mais curto que o ano solar. Assim, essas cerimônias podiam ser realizadas em diferentes estações do ano solar. O calendário usa-

do para fins religiosos, e também nas cidades, não podia ser usado pelos lavradores, para os quais os acontecimentos importantes eram as chuvas, a inundação dos rios, as variações de calor e frio. Em sua maioria, recorriam a calendários solares mais antigos.)

Os dois Pilares eram o *sawn*, ou jejum uma vez por ano, no mês do Ramadan, e o *hadj*, ou peregrinação a Meca, pelo menos uma vez na vida. Durante o Ramadan, mês em que o Corão foi revelado, todos os muçulmanos acima dos dez anos eram obrigados a abster-se de comer e beber, e de manter relações sexuais, do amanhecer ao anoitecer; faziam-se exceções para os que se encontravam muito debilitados fisicamente, os doentes mentais, os ocupados em trabalho pesado ou na guerra, e os viajantes. Isso era encarado como um ato solene de arrependimento dos pecados, e uma negação do eu em favor de Deus; o muçulmano que jejuava devia começar o dia com uma declaração de intenção, por vezes passava a noite em preces rituais. Aproximando-se de Deus dessa maneira, os muçulmanos também estariam se aproximando uns dos outros. A experiência do jejum em companhia de toda a aldeia ou cidade fortalecia o senso de uma comunidade única espalhada no tempo e no espaço; as horas após o anoitecer podiam ser dedicadas a visitas e refeições feitas em comum; o fim do Ramadan era comemorado como uma das duas grandes festas do ano litúrgico, com dias de banquetes, visitas e presentes (*'id al-fitr*).

Pelo menos uma vez na vida, todo muçulmano que pudesse fazer a peregrinação a Meca devia fazê-la. Podia visitá-la em qualquer época do ano (*'umra*), mas ser um peregrino no sentido pleno era ir lá com outros peregrinos numa época especial do ano, o mês de Dhu'l-Hijja. Não eram obrigados a ir os que não eram livres nem bons da cabeça, os que não possuíam os recursos financeiros necessários, os abaixo de certa idade e, segundo algumas autoridades, as mulheres que não tinham marido nem guardião para acompanhá-las. Descrições de Meca e do *hadj* feitas no século XII mostram que nessa época havia concordância sobre como o peregrino devia conduzir-se e o que podia esperar encontrar no fim de sua jornada.

A maioria dos peregrinos ia em grandes grupos, reunidos numa das grandes cidades do mundo muçulmano. No período mameluco, as peregrinações que partiam do Cairo e Damasco eram as mais importantes. As do Magreb iam por mar ou terra até o Cairo, ali se encontravam com os peregrinos egípcios, atravessavam por terra o Sinai e desciam a Arábia Ocidental até as cidades santas, uma caravana organizada, protegida e conduzida em nome do soberano do Egito. A viagem desde o Cairo levava entre trinta e quarenta dias, e no fim do século XV talvez de 30 mil a 40 mil peregrinos a faziam todo ano. Os da Anatólia, Irã, Iraque e Síria reuniam-se em Damasco; a jornada, também em caravana organizada pelo soberano de Damasco, levava igualmente de trinta a quarenta dias, e sugeriu-se que uns 20 mil a 30 mil peregrinos podiam ir todo ano. Grupos menores partiam da África Ocidental, atravessan-

do o Sudão e o mar Vermelho, e do sul do Iraque e dos portos do golfo Pérsico, através da Arábia Central.

Num certo ponto, ao aproximar-se de Meca, o peregrino purificava-se com abluções, punha uma roupa branca feita de uma única peça de tecido, o *ihram*, e proclamava sua intenção de fazer a peregrinação por uma espécie de ato de consagração: "Eis-me aqui, Ó meu Deus, eis-me aqui; não tendes igual, eis-me aqui; verdadeiramente Vosso é o louvor e a graça, e o império".³

Assim que chegava a Meca, o peregrino entrava na área sagrada, o *haram*, onde havia vários sítios e prédios de associações santas. No século XII, o mais tardar, esses lugares já tinham tomado a forma que iriam manter: o poço de Zamzam, que se acreditava tivesse sido aberto pelo anjo Gabriel para salvar Agar e seu filho Ismael; a pedra em que estava gravada a pegada de Abraão; alguns lugares associados aos imãs de diferentes *madhhabs*. No centro do *haram* ficava a Caaba, o prédio retangular que Maomé expurgara de ídolos e fizera o centro da devoção muçulmana, com a Pedra Negra incrustada numa das paredes. Os muçulmanos contornavam a Caaba sete vezes, tocando ou beijando a Pedra Negra ao passarem por ela. No oitavo dia do mês, deixavam a cidade e seguiam para o monte 'Arafa, a leste. Ali, ficavam de pé algum tempo, pois esse era um ato essencial da peregrinação. Na volta a Meca, em Mina, realizavam-se mais dois atos simbólicos: atirar pedras a uma coluna que representava o Diabo, e sacrificar um animal. Isso assinalava o fim do período de devoção que começara com o ato de vestir o *ihram*; o peregrino tirava a roupa e voltava aos costumes da vida comum.

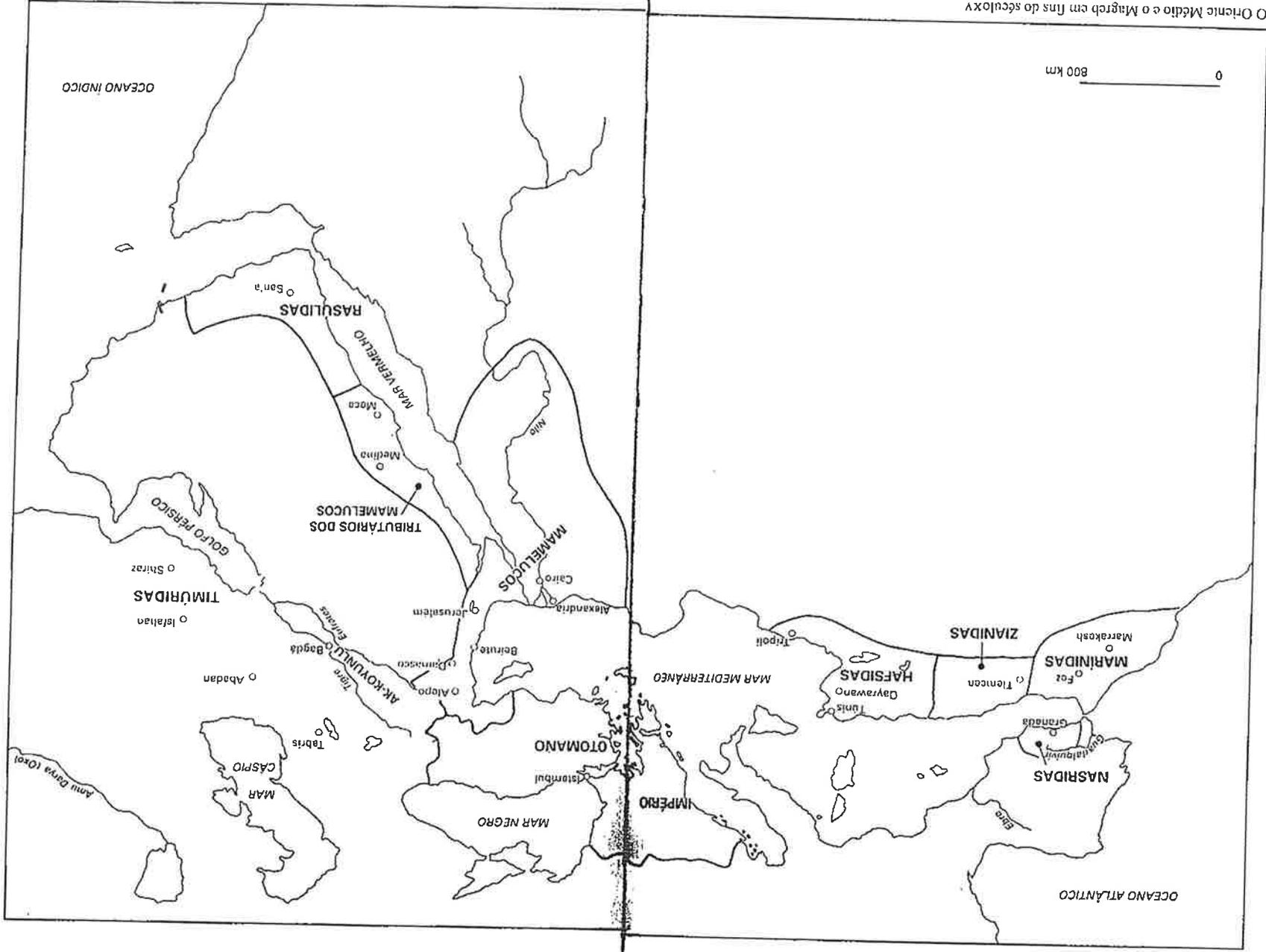
A peregrinação era, sob muitos aspectos, o acontecimento central do ano, talvez de toda uma vida, aquele em que mais plenamente se expressava a unidade dos muçulmanos uns com os outros. Em certo sentido, era um epítome de todos os tipos de viagem. Os que iam rezar em Meca podiam ficar para estudar em Medina; podiam trazer mercadorias consigo para pagar as despesas da jornada; mercadores acompanhavam a caravana, com produtos para vender no caminho das cidades santas. A peregrinação era também uma oportunidade para o intercâmbio de notícias e idéias trazidas de todas as partes do mundo do Islã.

O famoso viajante Ibn Battuta expressou alguma coisa do que significava a experiência da peregrinação:

Entre os fabulosos feitos de Deus Altíssimo está este, que Ele criou os corações dos homens com um desejo instintivo de buscar esses santuários sublimes, e ansiando por apresentar-se em seus sítios ilustres, e deu ao amor a eles tal poder sobre os corações dos homens que ninguém chega a eles sem que tomem todo o seu coração, nem parte senão com mágoa pela separação.⁴

O *hadj* era um ato de obediência ao mandamento de Deus, expresso no Corão: "É dever de todos os homens para com Deus ir à Casa como peregrini-

O Oriente Médio e o Magreb em fins do século XV



Houaram - Uma História

no, se pode fazer a jornada até lá".⁵ Era uma profissão de fé no Deus único, e também uma expressão visível da unidade da *umma*. Os muitos milhares de peregrinos de todo o mundo muçulmano faziam a peregrinação ao mesmo tempo; juntos contornavam a Caaba, ficavam de pé no 'Arafa, apedrejavam o Diabo e sacrificavam seus animais. Ao fazerem isso, estavam ligados a todo o mundo do Islã. A partida e retorno de peregrinos eram assinalados por comemorações oficiais, registrados nas crônicas locais, e em tempo posteriores pelo menos descritos nas paredes das casas. No momento em que os peregrinos sacrificavam seus animais em Mina, toda família muçulmana também matava um animal, para abrir a outra grande festa popular do ano, a Festa do Sacrifício (*'id al-adha*).

O senso de pertencer a uma comunidade de fiéis expressava-se na idéia de que era dever dos muçulmanos cuidar das consciências uns dos outros, proteger a comunidade e estender seu âmbito onde possível. A *jihad*, guerra contra os que ameaçavam a comunidade, fossem eles infiéis hostis de fora ou não-muçulmanos de dentro que rompessem seu acordo de proteção, era em geral encarada como uma obrigação praticamente equivalente a um dos Pilares. O dever da *jihad*, como os outros, baseava-se nas palavras do Corão: "Ó tu que crês, combate o infiel que tens perto de ti".⁶ A natureza e extensão da obrigação eram cuidadosamente definidas pelos autores legais. Não era uma obrigação individual de todos os muçulmanos, mas da comunidade, de fornecer um número suficiente de combatentes. Após a grande expansão do Islã nos primeiros séculos, e com o início do contra-ataque da Europa Ocidental, a *jihad* tendeu a ser encarada mais em termos de defesa que de expansão.

Claro, nem todos que se diziam muçulmanos levavam essas obrigações igualmente a sério, nem davam o mesmo sentido ao seu cumprimento. Havia diferentes níveis de convicção individual, e diferenças em geral entre o Islã da cidade, do campo e do deserto. Havia uma gama de observância que ia do estudioso ou mercador devoto da cidade, que fazia as preces diárias e o jejum anual, capaz de pagar o *zakat* e fazer a peregrinação, até o beduíno comum, que não rezava regularmente nem jejuava no Ramadan, porque vivia toda a sua vida à beira da privação, não fazia a peregrinação, mas ainda assim professava que só há um Deus e Maomé é Seu Profeta.

OS AMIGOS DE DEUS

Desde o início, houvera alguns seguidores do Profeta para os quais as observâncias externas não tinham valor algum se não manifestassem uma intenção sincera, o desejo de obedecer aos mandamentos de Deus pelo senso da grandeza d'Ele e da pequenez do homem, e se elas não fossem encaradas como as formas elementares de uma disciplina moral que devia estender-se a toda a vida.

Desde o princípio, o desejo de pureza de intenção dera origem a práticas ascéticas, talvez sob a influência dos monges cristãos orientais. Implícita nelas estava a idéia de que podia haver outra relação entre Deus e o homem, além da ordem e obediência: uma relação em que o homem obedecia à Vontade de Deus por amor a Ele e pelo desejo de aproximar-se d'Ele, e ao fazer isso tomava consciência de um amor retribuído estendido por Deus ao homem. Essas idéias, e as práticas a que deram origem, foram ainda mais desenvolvidas durante esses séculos. Houve uma articulação gradual da idéia de um caminho pelo qual o verdadeiro crente podia aproximar-se mais de Deus; os que aceitavam essa idéia e tentaram pô-la em prática vieram a ser conhecidos em geral como sufitas. Aos poucos, também, foi surgindo um consenso, embora incompleto, sobre os principais estágios (*maqam*) do caminho. Os primeiros eram o do arrependimento, um dar as costas aos pecados da vida passada. Isso levava à abstinência, mesmo de coisas que, sendo legítimas, podiam desviar a alma da busca de seu objetivo correto. O viajante nesse caminho devia prosseguir aprendendo a confiar em Deus, depender d'Ele e esperar pacientemente a Sua Vontade, e depois, após um período de temor e esperança, podia vir uma revelação do divino Ser: um despertar espiritual em que todos os objetos desapareciam e só Deus estava ali. As qualidades humanas do viajante que havia alcançado esse ponto eram aniquiladas, seu lugar tomado pelas qualidades divinas, e homem e Deus unidos no amor. Essa experiência momentânea do divino (*ma'rifa*) deixava sua marca: a alma estaria transformada assim que voltasse ao mundo do cotidiano.

Esse movimento de união com Deus afetava tanto as emoções quanto a mente e a alma, e correspondendo aos vários estágios podia haver graças (*hal*, plural *ahwal*), estados emocionais ou vívidas experiências que só podiam ser expressas, se podiam, em metáfora ou imagem. Em árabe e nas outras línguas literárias do Islã, desenvolveu-se aos poucos um sistema de imagística poética pelo qual os poetas tentavam evocar os estados de graça que podiam acompanhar o caminho para o conhecimento de Deus, e a experiência de unidade que era a sua meta: imagens de amor humano, em que o amante e o amado se refletiam um ao outro, da embriaguez do vinho, da alma como uma gota d'água no oceano divino, ou como um rouxinol buscando a rosa que é uma manifestação de Deus. Mas a imagística poética é ambígua, e nem sempre é fácil dizer se o poeta está tentando expressar o amor humano ou o amor de Deus.

Muçulmanos sérios e preocupados sabiam do perigo do caminho; o viajante podia perder-se, as graças podiam seduzi-lo. Aceitava-se em geral que algumas almas humanas podiam percorrê-lo sozinhas, subitamente arrebatadas em êxtase, ou guiadas pela liderança direta de um mestre morto ou do próprio Profeta. Para a maioria dos viajantes, porém, julgava-se necessário aceitar o ensinamento e a orientação de alguém mais avançado no caminho, um mestre da vida espiritual (*murshid*, xeque). Segundo um ditado que se

